

ATA DA 12ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL MINERAL – CT-MINERAL

Data: 14 de dezembro de 2004

Horário: das 10:00h às 17:00h

Local: Hotel Manhattan Plaza – Cobertura – Sala Queens - Brasília/DF

1 – PRESENTES

1.1– Membros do Comitê Gestor

Francelino Lamy de Miranda Grando - Presidente do Comitê e Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Giles Carriconde Azevedo – Representante do Ministério de Minas e Energia (MME)

José Mendo Mizael de Souza – Representante do Setor Produtivo

Miguel Antônio Cedraz Nery – Representante do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) – Órgão Regulador

Umberto Giuseppe Cordani – Representante da Comunidade Científica

1.2 – Equipe técnica e convidados

Adalmir Nascimento Silva – MCT/SETEF

Carlos Nogueira da Costa Junior – MME/SGM

Eliana da S. Soares de Lara - MCT/SETEF

Elzivir Azevedo Guerra – MCT/SEITEC

Jacob Teubl - FINEP

José Donizetti Freire – CNPq/DPH/COCQG

Ricardo Félix Santana– CNPq/DPH/COCQG

1.3 – Ausências

Manoel Barral Netto – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Michel Chebel Labaki – Representante da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

2– PAUTA DA REUNIÃO

1 - Abertura

2 - Aprovação da Ata da 11ª Reunião

3 – Alocação de Recursos para as Ações Transversais de 2005

4 – Definição de Ações Verticais de 2005

5 – Outros assuntos.

3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO

3.1 – Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Dr. Francelino Lamy de Miranda Grando, procedeu a abertura da reunião saudando a todos e agradecendo a expressiva presença dos Conselheiros. Continuando, falou que daria a notícia de um marco histórico importante que tem uma simbologia importante, que é o fato de pela primeira vez, desde a criação dos Fundos Setoriais, sete deles não sofreram reserva de contingenciamento na proposta orçamentária do Governo do Presidente Lula para 2005. Entre esses está incluído o Fundo Setorial Mineral. Ressaltou que essa é uma conquista da gestão do Ministro Eduardo Campos, que conseguiu, por meio da nova metodologia de gestão dos Fundos Setoriais, o objetivo de demonstrar no âmbito do Governo Federal, através da maior visibilidade dos resultados, fortalecer então a posição dos Fundos Setoriais de maneira saudável, na difícil disputa cotidiana que cada ministério tem que fazer com o Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, chegando então a essa mensagem importante para a sociedade, de que os Fundos Setoriais precisam ser completamente descontingenciados e os primeiros passos foram dados. Lembrou ainda que os recursos constantes na proposta da Lei Orçamentária Anual para 2005 referentes à função de ciência e tecnologia, por deliberação conjunta do poder executivo e do poder legislativo, têm a garantia do não contingenciamento durante a sua execução orçamentária. De maneira que com essas duas premissas somadas, resulta numa condição bastante privilegiada no âmbito do orçamento federal, que é ter a totalidade dos recursos disponíveis arrecadados pelo setor e a garantia da exequibilidade de 100% desses recursos durante o exercício fiscal de 2005. Portanto, no caso do CT-Mineral tem-se a segurança de que o orçamento de R\$ 4.120 (quatro milhões cento e vinte mil reais) para o ano de 2005 estarão disponíveis para execução. No entanto, deve-se ter clareza que nessa reunião a deliberação do Comitê Gestor é sobre recursos orçamentários que constarão de uma lei orçamentária, que só estará em vigor a partir de janeiro de 2005. Após esses comentários gerais, o Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros.

Dr. José Mendo Mizaal de Souza parabenizou o Ministro Eduardo Campos, na pessoa do Presidente Francelino Grando, pelo descontingenciamento do orçamento, bem como, pela execução do cronograma de divulgação dos editais dentro dos prazos. Isso é uma sinalização extremamente positiva em direção à meta permanente de aumentar os recursos que ainda são muito aquém daquilo que se pretende.

Dr. Umberto Giuseppe Cordani, também parabenizou o Ministro, na pessoa do Presidente, dizendo que é o início de uma nova era, a qual ele espera que seja permanente. Ele comentou também sobre o Regimento Interno do Fundo Setorial Mineral, que na opinião dele contempla bem as necessidades do CT-Mineral e perguntou sobre a efetividade da execução pelo Comitê Gestor das atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno. O Dr. Umberto Giuseppe Cordani falou também ser merecedor de registro em Ata o esforço do Dr. Elzvir Azevedo Guerra do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Dr. José Donizetti Freire do CNPq, no empenho bem sucedido na elaboração e implementação dos Editais 026/2004 e 027/2004 – CT-Mineral/MCT/CNPq. Adicionalmente, destacou o esforço da Comunidade Científica em coordenar as missões dos seus membros nos diversos comitês gestores. Nesse sentido, ressaltou a iniciativa do Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Dr. Eduardo Moacyr Krieger, e do Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Dr. Ennio Candotti, de realizarem uma reunião conjunta, da qual participaram doze representantes da comunidade científica nos Comitês Gestores, para avaliação do funcionamento, gestão e operação dos diversos Fundos Setoriais. Resumiu os aspectos relevantes dessa reunião nos seguintes pontos: os Fundos Setoriais têm operado relativamente bem; há um forte questionamento da retirada dos 50% do orçamento disponível de cada Fundo Setorial para as ações transversais, resultando na redução dos recursos disponíveis para ações finalísticas; e solicitação de apresentação pelos representantes da comunidade científica nos Comitês Gestores de propostas de ações e projetos para que a ABC e a SBPC busquem resgatar os recursos dos Fundos Setoriais contingenciados nos anos anteriores a 2003 e congelados no Tesouro Nacional. Em resposta a essa solicitação, disse que enviou uma proposta de realização de levantamentos geofísicos da região amazônica, essenciais ao conhecimento geológico e ao fomento do investimento mineiro nessa região, e a proposta de utilização da estrutura do SIPAM para instalação de sensores para realização de sensoriamento remoto e produção de imagens, que podem ser utilizados em benefício do conhecimento geológico da região. O Presidente Francelino Grando disse que a partir dessa informação serão extraídos subsídios para a construção das pautas das próximas reuniões, destacando que na segunda reunião do Comitê Gestor em 2005 serão analisados o Regimento Interno e os temas referentes à metodologia de avaliação, aos critérios de avaliação e julgamento dos editais e estudo que oriente a longo prazo as ações e os planos anuais de investimentos. Adicionalmente, parabenizou a iniciativa da comunidade científica de se espelhar no processo de gestão conjunta dos Fundos Setoriais, promovendo uma interação entre todos os representantes da comunidade científica nos Comitês Gestores no âmbito da ABC e SBPC. Finalmente, justificou os investimentos de recursos nas ações transversais, colocando que o sentimento aparente de que recursos estão sendo retirados das ações finalísticas, não guarda relação com a realidade, pois é sempre possível fazer a melhor convergência das finalidades setoriais com os grandes macroobjetivos que conferem visibilidade a essas decisões. Como exemplo citou o Fundo Setorial Mineral, no qual o

representante da comunidade científica ao propor a ação de C&T na Amazônia propiciou trazer recursos desse Fundo, que deveriam ser investidos estritamente nas suas ações finalísticas, para ações convergentes com os grandes objetivos do Governo e Sociedade.

Dr. Giles Carricone Azevedo registrou, como membro do governo, a sua satisfação e alegria com essa ação política efetiva do Ministério da Ciência e Tecnologia pela conquista de ter conseguido manter alguns Fundos Setoriais sem contingenciamento.

O Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery também manifestou sua satisfação com a notícia dada pelo Presidente sobre o não contingenciamento dos 7 Fundos Setoriais no orçamento de 2005.

Dr. Jacob Teubl agradeceu a colaboração de diversos membros do Comitê Gestor e da própria comunidade científica em auxiliar na cobrança de todas as instituições que estavam em atraso com documentação, o que possibilitou a realização de 100% da execução orçamentária em 2004 pela FINEP. Adicionalmente, agradeceu e parabenizou, em nome de todos os funcionários da FINEP, a nova sistemática de fazer o planejamento antecipado do próximo exercício, pois facilitará os trabalhos de execução e obtenção de resultados da FINEP.

Dr. Elzvir Guerra informou que o Comitê Gestor tinha uma proposta de planejamento definido no final de 2003, mas que não foi possível implementar em função da mudança em 2004 do modelo de gestão dos Fundos Setoriais. No entanto, seria interessante dar continuidade a esse planejamento quando houver oportunidade. Por essa razão, uma das ações que está sendo proposta no orçamento de 2005 é a realização de um estudo de prospecção de tecnologias e inovações para o setor mineral que servirá de base para esse planejamento estratégico plurianual do Comitê Gestor.

3.2 Aprovação de Atas

Aprovação da Ata da 11ª Reunião do Comitê Gestor

O Presidente submeteu a Ata da 11ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral para aprovação. A Ata foi aprovada, desde que sejam realizadas as correções de caráter ortográfico e de redação, sugeridas pelos Membros do Comitê Gestor.

3.3 – Alocação de Recursos para as Ações de 2005

O Presidente, Dr. Francelino Grando abriu a discussão sobre as ações transversais, informando conter na pasta distribuída o documento Proposta de Ações Transversais – 2005, elaborado pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais do MCT, descrevendo sucintamente as ações transversais de 2005 (vide anexo I), e o documento Subsídios para Alocação de Recursos do Fundo Setorial Mineral – Programação de 2005 e Repercussões para anos posteriores (vide anexo II), que contém uma planilha com a sugestão de ações e valores de acordo com as propostas feitas pelo Comitê Gestor na 11ª Reunião e outra em branco das ações transversais para ser preenchida após análise. Houve uma larga discussão sobre a questão de repercussão de valores das ações dos anos de 2001 a 2004 no orçamento de 2005 e anos subsequentes, principalmente nos casos das Bolsas, e no valor disponível para contratação de novos projetos em 2005, bem como a necessidade da clareza, precisão e transparência das informações referentes à execução dos recursos financeiros. Com isso foi solicitado ao Dr. Jacob Teubl, técnico da FINEP, o detalhamento dos valores correspondentes as ações e projetos implementados desde 2001 a 2004, para que fique definido com precisão o valor que está comprometido com despesas dos anos anteriores a 2005 e o valor disponível para novas ações no orçamento de 2005. Ficou definido, após as correções introduzidas pelas informações colocadas pelos representantes do CNPq, que o saldo disponível para contratação de novos projetos em 2005 é de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), resultante da subtração dos valores devido à taxa de administração e as despesas operacionais (R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)) e ao valor comprometido com ações anteriores a 2005 (R\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais)) dos recursos da proposta orçamentária de 2005 para o Fundo Setorial Mineral (R\$ 6.350.000,00 (seis milhões trezentos e cinquenta mil reais)).

Também foi bastante discutida a questão da escolha de edital e de encomenda, qual seria mais viável para esta ou aquela ação. Ficou estabelecido que o Comitê Gestor definiria para cada caso, depois de análise, qual seria o instrumento mais adequado de chamada de proposta de projetos.

Para agilizar o processo de encaminhamento da pauta o Presidente Dr. Francelino Grando propôs que a análise das Ações contidas na Tabela 3 do Anexo II, fosse feita de acordo com a seqüência apresentada.

O Dr. Jacob Teubl questionou porque o CNPq foi definido como executor da ação A4 – Projetos de Desenvolvimento Científico em Exploração Geológica da Região da Amazônia e não a FINEP. O Presidente, Dr. Francelino Grando, pediu ao Profº Umberto Cordani que explicasse o objetivo dessa ação. Esse disse que a ação A4 corresponde a uma proposta articulada apresentada pela comunidade do setor mineral para ações integradas de exploração mineral na região amazônica. Tais ações, de caráter básico, foram julgadas pelo Comitê Gestor como mais próximas da vocação do CNPq. Diante da insistência do questionamento do Dr. Jacob Teubl em colocar que estava defendendo o interesse da FINEP, o Presidente frisou que a reunião do Comitê

Gestor não é o fórum adequado para discussão de problemas internos do MCT e que nessa instância deve-se tratar exclusivamente da defesa dos interesses do País.

3.4 – DELIBERAÇÕES

Após análise de cada uma das ações ficou definido o Plano Anual de Investimentos do Fundo Setorial Mineral para 2005, as repercussões financeiras das ações nos anos seguintes, a classificação da ação em transversal ou vertical e a indicação de representante do Comitê Gestor responsável pela interlocução na implementação da ação em parceria com os técnicos do MCT, CNPq e FINEP. As deliberações desse Comitê Gestor em sua 12ª Reunião Ordinária são descritas resumidamente a seguir.

A) Fomento à Pesquisa Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do Setor Mineral

Ação 1 – Inovação para o desenvolvimento sustentável da mineração – proposta de um edital do CNPq de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sem repercussões financeiras para os anos subsequentes, para Inovação para o desenvolvimento sustentável da mineração, que constará de duas linhas temáticas de pesquisa: 1a) Estudos científicos e tecnológicos para recuperação de impacto ambiental da bacia carbonífera de Santa Catarina com recursos de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e 1b) Desenvolvimento de tecnologia para aproveitamento de rejeitos e efluentes da indústria mineral com recursos de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery para ficar como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 2 – proposta de encomenda FINEP/CNPq no valor total de R\$ 1.580.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta mil reais), sendo R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais) em 2005 e R\$ 600.000,00 em 2006, para projetos cooperativos entre instituições científicas e tecnológicas e micros, pequenas e médias empresas de base mineral organizadas em APLs (3 APLs), sendo universidade e empresa. Essa ação foi classificada como transversal e integrante do item 2.3 Apoio à inovação nas Empresas subitem c) Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos produtivos/APLs, especificamente em APLs de base mineral. Foi indicado o Dr. Carlos Nogueira da Costa Junior para ser interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

Ação 3 – proposta de edital FINEP/CNPq no valor total de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) sendo R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em 2005 e repercussões financeiras de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) anuais de 2006 a 2008 para a Capacitação Laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais. Essa ação foi classificada como transversal e integrante do item 1.4 Apoio ao fortalecimento de Centros e/ou Instituições de C&T&I em fase de consolidação, subitem 1.4.1. Apoio a Parcerias Interinstitucionais para fortalecimento de Centros de C&T&I em fase de consolidação. Foi indicado o Dr. Giles Carriconde Azevedo para ser interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 4 – proposta de edital CNPq no valor total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em 2005 e repercussão financeira de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em 2006 para Projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em exploração geológica da região da Amazônia brasileira. Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. Umberto Giuseppe Cordani para ficar como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 5 - proposta de edital CNPq no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em 2005, sem repercussão financeira nos anos posteriores, para Pesquisa geocientíficas nos arquipélagos de São Pedro e São Paulo. Essa ação foi classificada como transversal e integrante do item 3. Objetivos Estratégicos Nacionais e subitem 3.4. Recursos do Mar. Foi indicado o Dr. Umberto Giuseppe Cordani para ser interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

B) Apoio à Rede Brasil de Tecnologia na Área Mineral – RBT

Ação 1 – proposta de encomenda FINEP no valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em 2005, sem repercussão financeira nos anos posteriores, para Desenvolvimento de equipamento para tratamento de recursos hídricos impactados pelas atividades da mineração na bacia carbonífera de Santa Catarina. Essa ação foi classificada como transversal e integrante do item 2.3. Apoio à Inovação nas empresas e subitem 2.3.d. Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia – RBT. Foi indicado o Dr. Elzvir Azevedo Guerra para ser interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

Ação 2 – proposta de encomenda FINEP no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) em 2005, sem repercussão financeira nos anos posteriores, para Estudo de oferta e demanda de minerais industriais para substituição de importações. Essa ação foi classificada como transversal e integrante do item 2.3. Apoio à Inovação nas empresas e subitem 2.3.d. Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia – RBT. Foi indicado o Dr. Elzvir Azevedo Guerra para ser interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

C) Formação de Recursos Humanos em P&D do setor mineral

Ação 1 – proposta de edital CNPq no valor total de R\$ 2.555.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais) sendo R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) em 2005 e repercussões f-

nanceiras de R\$ 650.00,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) anuais de 2006 a 2008 e de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) em 2009 para Formação e Fixação de doutores em exploração geológica e tecnologia mineral na região da Amazônia Brasileira. Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. Umberto Giuseppe Cordani para ficar como interlocutor na elaboração e formatação do Edital.

Ação 2 – Encomenda FINEP/CNPq no valor total de R\$ 1.590.000,00 (um milhão e quinhentos e noventa mil reais) sendo R\$ 550.00,00* (quinhentos e cinquenta mil reais) em 2005, e repercussões financeiras de R\$ 550.00,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) anuais em 2006 e 2007 e de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) em 2008 para Capacitação, treinamento e qualificação de Recursos Humanos para a rede de estudos geodinâmicos e ambientais (repercussão de anos anteriores, valor já aprovado). Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. Giles Carriconde Azevedo para ficar como interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

* Esse valor é referente à repercussão dessa ação do Plano Anual de Investimento de 2004 no Orçamento de 2005 e já está contabilizado no total comprometido para ações anteriores a 2005.

D)Eventos e Estudos Técnico-científicos do Setor Mineral

Ação 1 – proposta de fluxo contínuo FINEP/CNPq no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sem repercussões financeiras para os anos subseqüentes, para Eventos técnico-científicos do setor mineral. Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. Francelino Lamy de Miranda Grando para ficar como interlocutor em procedimentos necessários para implementação dessa ação através do Fluxo Contínuo.

Ação 2 – proposta de encomenda FINEP no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), sem repercussões financeiras para os anos subseqüentes, para Estudos Prospectivos de Tecnologias e Inovação para o Setor Mineral. Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. José Mendo Mizael de Souza para ficar como interlocutor na elaboração e formatação da Encomenda.

Ação 3 – proposta de edital FINEP no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sem repercussões financeiras para os anos subseqüentes, para Estudos da sustentabilidade da mineração no Estado do Pará. Essa ação foi classificada como vertical e foi indicado o Dr. José Mendo Mizael de Souza para ficar como interlocutor na elaboração e formatação do Edital, o qual deve constar com clareza as exigências de regionalidade e a previsão da participação cooperativa entre Academia/Governo/Empresa regionais, enfatizando a necessidade dos participantes apresentarem experiência e atuação na região do estudo.

4 – ENCERRAMENTO

Esgotada a pauta, o Presidente desejou a todos um feliz natal, lembrando que a próxima reunião do Comitê Gestor está marcada para o dia 19 de janeiro, por determinação do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, com local e horário a serem definidos.

5 – ASSINATURAS

Francelino Lamy de Miranda Grando
Presidente do Comitê e Representante do MCT

Giles Carriconde Azevedo
Representante do MME

Manoel Barral Neto
Representante do CNPq

Michel Chebel Labaki Júnior
Representante da FINEP

Miguel Antônio Cedraz Nery
Representante do DNPM

José Mendo Mizael de Souza
Representante do Setor Empresarial

Umberto Giuseppe Cordani
Representante da Comunidade Científica

Anexo I: Proposta de Ações Transversais – 2005, Ministério da Ciência e Tecnologia, elaborado pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, 09/12/2004.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COMITÊ DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS
PROPOSTA DE AÇÕES TRANSVERSAIS - 2005

APRESENTAÇÃO

Este documento reúne as deliberações do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, no que se refere às diretrizes para alocação de recursos dos Fundos Setoriais em 2005 para apoio a Ações e Programas Transversais, e destina-se a apreciação dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.

A presente proposta considera como princípios norteadores a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior/PITCE e as macro ações transversais que compõem a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia.

A proposta é de promover ações transversais afetas às áreas de competência de cada fundo. Para tanto, propõe-se que haja um aporte de recursos (mínimo de 50% do disponível para cada Fundo em 2005), que, compondo com recursos de outros fundos, viabilizem a realização das ações.

MACRO AÇÕES TRANSVERSAIS

CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE C&T&I

1.1. Informação, Computação e Comunicação para Integração e o Desenvolvimento Nacional

Apoiar a integração da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa/RNP, do IBICT e do LNCC para promover a criação de uma infra-estrutura nacional óptica de alta capacidade, que amplie a atual rede com vistas ao atendimento, em maior escala e qualidade, à pesquisa e à inovação, criando condições para integração do sistema nacional de C&T&I e promover o desenvolvimento do País.

1.2. Parcerias com os Estados para apoio a Projetos Estruturantes dos Sistemas Estaduais de C&T&I

1.3. Ampliação dos recursos para o Edital Universal do CNPq nas áreas específicas dos Fundos Setoriais

Alocar recursos adicionais ao edital de fluxo contínuo do CNPq com vistas à viabilizar o financiamento de projetos de pesquisa para as áreas de interesse dos fundos setoriais.

1.4. Apoio ao fortalecimento de Centros e/ou Instituições de C&T&I em fase de Consolidação.

1.4.1. Apoio a Parcerias Interinstitucionais para fortalecimento de Centros de C&T&I em fase de consolidação

Apoiar a cooperação científica inter e/ou intra regional entre grupos de pesquisa associados aos programas de pós-graduação *stricto sensu* não consolidados e os consolidados, visando ampliar a capacidade de excelência no sistema nacional de C&T&I

1.4.2. Apoio à infra-estrutura de Pesquisa das novas Universidades/IFES

Apoiar a consolidação da capacidade de pesquisa nas IFES recém criadas.

2. APOIO À POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR/PITCE

2.1. Formação e Mobilização de Recursos Humanos para as áreas prioritárias da PITCE

Atender a demanda de empresas ou entidades empresariais, constituídas sob as leis brasileiras,

interessadas no engajamento de recursos humanos qualificados necessários às suas atividades de P&D&I por meio de financiamento de projetos que tenham o claro objetivo de desenvolvimento tecnológico e de inovação nas áreas prioritizadas na PITCE, quais sejam: semicondutores, software, fármacos e medicamento e bens de capita e as consideradas portadoras de futuro: biomassa, biotecnologia e nanotecnologia, assim como as engenharias relacionadas às áreas acima.

2. 2. Programa Nacional de Qualificação e Modernização de ICT's

2.2.1 Modernização dos ICT's.

Apoiar a modernização e o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de gestão, de maneira a adequar a atuação das Instituições de Pesquisa Tecnológica em atendimento às diretrizes da PITCE, no que concerne às estratégias necessárias à organização do Sistema Nacional de Inovação. Compreende a reestruturação dos instituições de pesquisa tecnológica nacionais e estaduais, reorientando suas prioridades e recuperando seus equipamentos e quadros técnicos. O apoio estará condicionado à implantação de um plano de negócios que explicitará, entre outras ações, a articulação com o setor privado e o desenvolvimento de projetos de pesquisa relevantes, comprometidos com reais demandas da sociedade, em termos de geração de patentes e de melhoria da estrutura produtiva do País.

2.2.2. Modernização da infra-estrutura de pesquisa dos ICT's do MCT

2. 3. Apoio a Inovação nas Empresas

Promover a P&D nas empresas visando intensificar seus processos inovativos e melhoria de competitividade, por meio de projetos cooperativos com instituições científicas e tecnológicas (ICT's) e de financiamento à pesquisadores que atuem diretamente em pequenas empresas.

a) Cooperação ICT's-Empresa

Prover o apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e/ou de inovação de interesse de empresas brasileiras, com vistas a estimular a parceria e integração dessas empresas com Instituições Científicas e Tecnológicas. Exemplos: estimular a aproximação entre o setor empresarial e as Instituições Científicas e Tecnológicas, fortalecendo as diversas cadeias produtivas e os agentes de transferência de tecnologia, com impactos relevantes para o desenvolvimento regional; atender às demandas das áreas prioritárias da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE): Fármacos e Medicamentos, Bens de Capital, Semicondutores, Software, e áreas portadoras de futuro, como Biotecnologia, Nanotecnologia e Biomassa; apoiar e incentivar a pesquisa e o desenvolvimento ou o aperfeiçoamento de produtos, processos e/ou serviços, que apresentem potencial econômico ou social relevantes para o desenvolvimento sustentável.

b) Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas/PAPPE

Objetiva financiar, em parceria com os estados, atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação empreendidas por pesquisadores em cooperação com empresas de base tecnológica sediadas nos Estados.

c) Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais/APLs.

Promover Arranjos Produtivos Locais/APLs por meio do estímulo à interação entre ICT's e empresas, pre- vendo-se aporte financeiro e disponibilização de instrumentos voltados para P&D e prestação de serviços de assistência e consultorias tecnológicas para as empresas de APL's selecionados.

d) Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia - RBT

Viabilizar a difusão de tecnologias e a extensão tecnológica que, por sua vez, está condicionada à organi- zação de sistemas de inovação e de difusão tecnológica, por intermédio de redes especializadas e a pro- moção de parcerias entre os institutos de pesquisas e as empresas.

2.4. Apoio Dirigido a Setores Prioritários da PITCE

2.4.1. Software

Definido para apoiar setores dirigidos da PITCE - Novo Prosoft, Programa Nacional de certificação de software, Programa de exportação de software, Programa de geração de negócios em tecnologia de informação e comunicação e Incentivo ao desenvolvimento do software livre - as ações estão dirigidas para suprir as demandas da PME, a automação bancária; engenharia de software, etc, com vistas a vencer o desafio da inserção e competitividade internacional em produtos e serviços. Visa apoiar o desenvolvimento de software e hardware visando suprir as novas tecnologias de informação para inovação em empresas. Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Computação em grade ('Grid'), Visualização, Computação paralela ('Cluster') e aplicação de software e Redes convergentes

2.4.2. Programa Nacional de Nanotecnologia

O desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil necessita de uma ampla variedade de capacidades, treinamento e facilidades que são fundamentais para sua maturação e provimento de uma base para o desenvolvimento industrial. Além disso, o diversificado conjunto de tecnologias envolvidas necessita de instrumentação avançada desde o nível dos laboratórios e grandes facilidades nacionais. Desta forma, é necessário implantar infra-estrutura laboratorial no estado-da-arte, para que a pesquisa realizada no Brasil seja competitiva. Para tanto, objetiva-se implantar e ampliar a rede de laboratórios. Esta ação contempla: apoio à implantação do Laboratório Nacional de Tecnologia Industrial (Micro e Nanotecnologia) e apoio a Redes de Nanotecnologia.

2.5. Promoção da Inovação

2.5.1. Inventário Tecnológico Nacional

Compreende o levantamento das competências disponíveis e capacidade de C&T&I instalada para organização de uma Rede de competências que promova a articulação do setor produtivo e das demandas tecnológicas efetivas e potenciais com as ICT's.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Portal da Inovação (CGEE) e Rede de Articulação de Competências para o Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (CNI/IEL).

2.5.2. Programa Nacional de Incubadoras/PNI e Parques Tecnológicos

Fomentar o surgimento e a consolidação de incubadoras de empresas de base tecnológica mistas e tradicionais e Parques Tecnológicos caracterizados pela inovação, e conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como pela utilização de modernos métodos de gestão no âmbito do PNI.

2.5.3. Apoio à Infra-estrutura, difusão e serviços tecnológicos

2.5.3.1. No âmbito do Programa Nacional de Revigoramento da Rede Brasileira de Metrologia, está prevista a criação do laboratório de metrologia química e a criação do laboratório de metrologia de novos materiais, ambos no INMETRO. Esta ação prevê, também, apoio ao Centro de Desenvolvimento Veicular (CETEX)

2.5.3.2 Tecnologia Industrial Básica – TIB

O conjunto de ações a serem conduzidas em Tecnologia industrial básica/TIB visam dar suporte ao setor produtivo brasileiro por meio de uma infra-estrutura e de serviços tecnológicos especializados, de forma a possibilitar que as empresas nacionais atuem com qualidade adequada nos segmentos de mercado mais competitivos, enfrentando e superando, entre outros desafios, barreiras técnicas ao comércio exterior.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Conformidade, Ensaios e Normalização; Propriedade Intelectual.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

3.1. Programa Nacional de Atividades Espaciais

O Programa Espacial é um agente promotor de capacitação em tecnologias portadoras de futuro e de qualificação de empresas nacionais para uma inserção internacional em bases competitivas. Para explorar as potencialidades das atividades espaciais brasileiras, o Programa articula ações de pesquisa, aplicações e desenvolvimento científico e tecnológico, que podem reverter para a sociedade, como benefícios diretos e indiretos, os recursos neles investidos. Os resultados dos programas espaciais, principalmente os de Observação da Terra, atendem necessidades nacionais. Isto decorre da própria natureza das plataformas espaciais, que cobrem superfícies extensas, e são mais adequadas à monitorização de grandes áreas e de fenômenos em grande escala. Assim, monitorização do meio-ambiente, coleta de dados para uso em modelos de previsão de tempo e clima, avaliação de estoques de recursos minerais, realização de mapeamento geológico e cartográficos, entre outros, são exemplos de aplicações.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Formação de Recursos humanos em áreas estratégicas e desenvolvimento de sistemas de controle para satélites e Veículos Lançadores de Satélites (VLS).

3.2. Programa de Fontes Alternativas de Energia

Este Programa destina-se a apoiar ações de pesquisa e desenvolvimento em áreas que garantam a diversidade da matriz energética nacional, tendo em vista os limites e esgotamento das fontes predominantes atuais.

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Programa de Célula a Combustível; Programa de Energia do Hidrogênio; Domínio do Ciclo Completo de Produção de Combustível Nuclear; Recursos Humanos Para Áreas Estratégicas.

3.3. C&T na Amazônia

O escopo desta ação transversal é o de organizar, articular e expandir as ações do MCT na Amazônia, com vistas à sua gestão compartilhada com agentes locais para o desenvolvimento econômico e social, bem como integrá-las com outros programas governamentais para a região. Para tanto, deverá: 1) fomentar o processo de formação e fixação de recursos humanos qualificados, visando elevar os indicadores de desenvolvimento científico e tecnológico da região para patamares compatíveis à média nacional; 2. Articular as condições de infra-estrutura de C&T&I para construção de cadeias produtivas, baseadas no conhecimento, que: promovam o desenvolvimento sustentado, valorizem o patrimônio humano e natural em benefício da sociedade regional e nacional; estimulem a geração de riqueza e inclusão social; garantam a preservação da diversidade da região, em todas as suas dimensões; e incorpore, nos setores industriais portadores de futuro, as mais avançadas tecnologias (CBA, CT-PIM).

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais: Oleaginosas para energia; recuperação de Infra-estrutura; Programa de Fronteiras;. Informação, Computação e Comunicação para Integração e o Desenvolvimento Nacional.

3.4. Recursos do Mar

Apoiar pesquisas que visem ao aproveitamento dos bens econômicos existentes na Zona Econômica Exclusiva/ZEE (massa líquida e subsolo marinho) do Brasil. Acrescenta-se à ZEE a extensão da Plataforma Continental que ultrapassa o limite das 200 milhas marítimas onde o País possui os direitos soberanos, desde que mantenha pesquisa na região. Tal região dá ao País um domínio de 4.451.766 Km² (52% do território nacional). Além disso, a presença de pesquisadores nos rochedos de São Pedro e São Paulo garante a soberania do Brasil das 200 milhas marítimas ao seu redor, acrescentando a nossa Amazônia Azul uma área de 450 mil Km².

Iniciativas possíveis no âmbito das Ações Transversais:: Construção do Navio Oceanográfico, Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO); Programa Nacional de Bóias (PNBOIA).

3.5. Clima e Tempo

3.5.1. Meteorologia - TI

Esta ação insere-se no Programa de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia com o propósito de ampliar os benefícios da aplicação da meteorologia, por meio do uso intensivo da tecnologia da informação, em diversos setores, como agricultura e pecuária, energia, recursos hídricos, pesca e aquicultura, transportes aéreos, marítimos e terrestres, saúde pública, poluição urbana e poluição ambiental em geral.

4. C&T PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

4.1. Programa Sobrevivência - (Semi-Árido, Cerrado, Pantanal)

Programa integrado de extensionismo tecnológico para água, alimento e ração: Entre as ações destacam-se a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias de produção; a capacitação e o treinamento de profissionais, produtores e trabalhadores ligados às atividades produtivas e o asseguramento da conservação do solo água e da água nas regiões do semi-árido, pantanal e cerrado. Também engloba ações voltadas para a produção de insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal utilizados na alimentação humana e animal.

4.2. Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Fomentar a formação na academia de redes temáticas em áreas de conhecimento afins ao desenvolvimento social; apoiar projetos cooperativos de P&D, e inovação entre as empresas, as redes temáticas e ICT's; apoiar projetos de desenvolvimento local, com a transferência, disponibilização e adoção de tecnologias sociais em comunidades, associações de produtores e cooperativas, com especial atenção para geração de emprego e renda, saúde e educação.

É também finalidade desta ação ampliar o volume de recursos para apoiar iniciativas, através de parcerias estratégicas com ministérios, instituições federais, estaduais e municipais, de forma a gerar e difundir tecnologias voltadas para solução de graves problemas sociais existentes no País. Exemplos: projetos que envolvem reciclagem de lixo, construção de cisternas em regiões secas, saneamento básico (como, estação compacta de baixo custo para tratamento de esgoto doméstico, redução e valorização de resíduos), agricultura familiar, cooperativismo popular, desenvolvimento urbano, habitação de interesse social, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional, educação inclusiva, pessoas portadoras de deficiência, segurança pública, entre outros.

Anexo II: Subsídios para Alocação de Recursos do Fundo Setorial Mineral – Programação de 2005 e Repercussões para anos posteriores, Ministério da Ciência e Tecnologia, SEITEC, 14 de dezembro 2004.

SUBSÍDIOS PARA A ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO SETORIAL MINERAL – PROGRAMAÇÃO DE 2005 E REPERCUSSÕES PARA ANOS POSTERIORES

1. INTRODUÇÃO

A presente minuta de documento apresenta resumidamente o orçamento disponível para novas ações em 2005, a proposta de Plano Anual de Investimentos do Fundo Setorial Mineral para 2005 e os critérios de avaliação e parâmetros de julgamentos de propostas de projetos. que inclui as repercussões nos orçamentos dos anos posteriores, o instrumento de chamada de proposta, a agência executora, a distribuição dos recursos por ações e a sugestão de definição de ações transversais e verticais. Esse Plano foi elaborado com bases nas diretrizes para alocação de recursos nas ações transversais propostas pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais (Vide documento distribuído pela SETEF “Propostas de Ações Transversais - 2005”) e nas propostas sugeridas na 11ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral.

2. ORÇAMENTO DISPONÍVEL PARA 2005 E REPERCUSSÕES PARA ANOS POSTERIORES

A proposta orçamentária para a programação específica do Fundo Setorial Mineral em 2005, apresentada resumidamente na Tabela 1, aloca recursos no valor de R\$ 6,35 milhões (seis milhões e trezentos e cinquenta mil reais). Desse valor, serão destinados R\$ 130 mil (cento e trinta mil reais) para despesas de administração, R\$ 310 mil (trezentos e dez mil reais) para despesas operacionais e R\$ 1.780 milhões (um milhão e setecentos e oitenta mil reais) para despesas comprometidas com projetos em andamento aprovados em 2004 e anos anteriores, os quais deverão ser subtraídos da proposta orçamentária de 2005. Portanto, o saldo disponível estimado para novas ações no ano de 2005 é de R\$ 4.120 milhões (quatro milhões e cento e vinte mil reais). O Plano Anual de Investimentos de 2004 do Fundo Setorial Mineral é apresentado na Tabela 2, para informar sobre o efeito da repercussão das ações de 2004 sobre o orçamento de 2005.

Tabela 1: RESUMO ORÇAMENTÁRIO do FUNDO SETORIAL MINERAL DE 2005
Saldo Disponível para Novas Ações (em milhão de R\$)

Orçament o Previsto	2% Taxa Adm. FINEP	5% Despesas Operacionais	Despesas Finalísticas Comprometidas para 2005		Total Despesas Comprometidas para 2005		Saldo Disponível para Novas Ações em 2005	
			R\$	%	R\$	%	R\$	%
6,35	0,13	0,32	1,78	28	2,23	35	4,12	65

Tabela 2: LINHAS DE AÇÕES DO FUNDO SETORIAL MINERAL PARA 2004
AÇÕES PARA O PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS COM BASE NO ORÇAMENTO DISPONÍVEL DE 2004 DO CT-MINERAL

Ações	Instrumento	Instituição	Recursos 2004		Repercussão 2005	Subtotal
			(R\$)	(%)	(R\$)	(R\$)
A) Fomento à PC, ao DT e à I do setor mineral			1.640.000,00	56,6	821.000,00	2.461.000,00
Ação 1: PBA Mitigação de impacto ambiental da indústria mineral	Edital	CNPq	500.000,00	17,2		500.000,00
- Aproveitamentos de rejeitos e efluente						
- Prevenção e tratamento de DAMs						
Ação 2: Projetos cooperativos: I C e T e MPMEM APLs (2APLs)	Encomenda	FINEP/CNPq	600.000,00	20,7	400.000,00	1.000.000,00
Ação 3: C e T em expl. geológica da região da Amazônia brasileira	Edital	CNPq	540.000,00	18,6	421.000,00	961.000,00
B) Rede Brasil de Tecnologia			400.000,00	13,8	0,00	400.000,00
Ação 1: Equipamento - substituições de importações	Estudo	Encomenda	100.000,00	3,4		100.000,00
	Bens de capital	Encomenda	300.000,00	10,3		300.000,00
C) Formação de RH em P&D do setor mineral			60.000,00	2,1	679.000,00	739.000,00
Ação 1: Formação, capacitação, treinamento e qualificação de recursos humanos	Geodinâmicos	Encomenda	60.000,00	2,1	550.000,00	610.000,00
	Exploração geológica para Região da Amazônia brasileira *	Edital		0,0	129.000,00	129.000,00
D) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral			800.000,00	27,6	0,00	800.000,00
Ação 1: Eventos técnico-científico do setor mineral	Fluxo contínuo	FINEP/CNPq	39.000,00	1,3		39.000,00
Ação 2: Estudos de carac. e est. de APLs	Encomenda	FINEP	300.000,00	10,3		300.000,00
Ação 3: Estudos zoneamento ecológico - econômico (ZEM)	Encomenda	FINEP	461.000,00	15,9		461.000,00
TOTAL			2.900.000,00	100,0	1.500.000,00	4.400.000,00

*Não está computada a repercussão de 2006 a 2009, sendo R\$ 150.000,00 para o ano de 2006 a 2008 e R\$ 30.000,00 para o ano de 2009

3. PROPOSTA DE PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS DO FUNDO SETORIAL MINERAL PARA 2005

A minuta de proposta de Plano Anual de Investimentos do Fundo Setorial Mineral para 2005 inclui as repercussões nos orçamentos dos anos posteriores, o instrumento de chamada de proposta, a agência executora, a distribuição dos recursos por ações e a sugestão de definição de ações transversais e verticais. Esse Plano foi elaborado com bases nas diretrizes para alocação de recursos nas ações transversais propostas pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais e nas propostas sugeridas na 11ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral. Para a alocação de recursos do Fundo Setorial Mineral são propostas quatro linhas de ação A), B), C) e D), que são esquematicamente mostradas na Tabela 3. No Anexo I é apresentada uma tabela somente com as linhas de ações e ações preenchidas para que sirva de auxílio para coleta de propostas dos Membros do Comitê Gestor do CT-Mineral para o Plano Anual de Investimento de 2005. O Anexo II é apresentado esquematicamente todas as propostas de ações transversais de 2005 elaboradas pelo Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais.

A) FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA, AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E À INOVAÇÃO DO SETOR MINERAL

Essa primeira linha de ação está diretamente relacionada as diretrizes prioritárias de fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação necessários ao aproveitamento dos depósitos minerais, ao fortalecimento da competitividade da indústria mineral nacional pela inovação tecnológica e gerencial como o embrião alavancador do desenvolvimento regional, prioritariamente nas micros, pequenas e médias empresas do setor de minerais industriais e gemas, bem como as localizadas no semi-árido brasileiro, aglomeradas em forma de arranjos produtivos locais de base mineral; e à inovação para o desenvolvimento sustentável da mineração.

Ação 1: Inovação para o desenvolvimento sustentável da mineração

Financiar projetos de pesquisa científico-tecnológico, inovação e desenvolvimento de tecnologias e metodologias de tratamento, aproveitamento e monitoramento ambiental de rejeitos e efluentes da indústria mineral, principalmente os finos e ultrafinos contidos nesses efluentes, prioritariamente de micros e pequenas empresas de mineração, e de prevenção e tratamentos de drenagens ácidas de minas (DAM), principalmente de carvão, como também de avaliação ecotoxicológica de efluentes da mineração de diferentes portes (grandes, médias, pequenas e micros), com o objetivo de obter uma visão panorâmica da qualidade desses efluentes. O objetivo principal é gerar conhecimento novo para o desenvolvimento sustentável da mineração e explorar suas possíveis aplicações a nível industrial. Tem como objetivos secundários fortalecer os pesquisadores e grupos de pesquisas, através da recuperação e manutenção da infra-estrutura, e o treinamento e a capacitação de pessoal de alto nível através do apoio a projetos específicos na área do conhecimento de desenvolvimento sustentável da mineração.

Ação 2: Projetos cooperativos: Instituições científicas e tecnológicas e micros, pequenas e médias empresas de base mineral organizados em APLs (3 APLs).

Financiar projetos cooperativos de promoção de pesquisa científico-tecnológico, desenvolvimento tecnológico e inovação das micros, pequenas e médias empresas do setor mineral (MPMEMs) aglomeradas em Arranjos Produtivos Locais (APLs de Base Mineral - governo, empresas, instituições científicas e tecnológicas, setores organizados da sociedade), com o objetivo de intensificar seus processos inovativos e a melhoria da competitividade, das condições ambientais e de trabalho. Deverão ser priorizadas projetos cooperativos induzidos de inclusão de C, T & I nas MPMEMs em aglomerações de empresas de mineração em Arranjos Produtivos Locais – APLs na área de minerais gemas, agregados para construção civil e rochas ornamentais, visando a agregação de valor, substituição de importação, aumento de exportação, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico regional sustentável com base na mineração, principalmente na região do semi-árido, a geração de emprego e renda, fixação do trabalhador na região de origem e a contribuição para diminuição das desigualdades regionais.

Ação 3: Capacitação laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e ambientais.

Apoiar programa de capacitação, ampliação e consolidação da Rede Nacional de Laboratórios de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais através da promoção da modernização e o

fortalecimento da infra-estrutura das instituições participantes da Rede, incluindo a recuperação de seus equipamentos e quadros técnicos, da ampliação da participação de outras instituições científicas e tecnológicas e de empresas que apresentem projetos que possam ser implementados pelos laboratórios da Rede e da implantação de um plano de gestão que explicitará, entre outras ações, a articulação com o setor privado mineral e o desenvolvimento de projetos de pesquisas relevantes, comprometidas com reais demandas da sociedade, em termos de geração de patentes e de melhoria da estrutura produtiva do País.

Ação 4: Projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em exploração geológica da região da Amazônia brasileira

Financiar e apoiar projetos de atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação e capacitação de recursos humano em exploração geológica voltada para metalogênese e caracterização prospectiva dos distritos mineiros da região da Amazônia brasileira.

B) APOIO À REDE BRASIL DE TECNOLOGIA NA ÁREA MINERAL

Viabilizar a difusão de tecnologias e a extensão tecnológica que, por sua vez, está condicionada à organização de sistemas de inovação e de difusão tecnológica, por intermédio de redes especializadas e a promoção de parcerias entre os institutos de pesquisas e as empresas.

Ação 1: Desenvolvimento de equipamento para o setor mineral para substituições de importações

Financiar projeto de desenvolvimento tecnológico de equipamento desenvolvimento de equipamento para o tratamento da drenagem ácida de mina (DAM) e o aproveitamento das águas, seja no reúso (irrigação, lavagem de veículos, pátios, etc.) ou no reciclo (retorno às usinas).

Ação 2: Estudo de oferta e demanda de minerais industriais para substituições de importações.

A apoiar projeto de estudo para executar um diagnóstico técnico e econômico, visando estabelecer diretrizes para a substituição de importações e o aumento das exportações a partir do aprimoramento técnico e gerencial de pequenas e médias empresas de mineração, aumentando a competitividade dos produtores locais com a diminuição dos custos de produção e melhoria da qualidade dos produtos.

C) FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO SETOR MINERAL

Ação 1: Formação e Fixação de doutores em exploração geológica e tecnologia mineral na região da Amazônia brasileira.

Essa ação tem por finalidade formação e fixação de Doutores, visando ao fortalecimento das Instituições de pesquisa e formação de recursos da região das Amazônia brasileira, visando elevar os indicadores de desenvolvimento científico e tecnológico da região para patamares compatíveis à media nacional

Ação 2: Capacitação, treinamento e qualificação de Recursos Humanos para a rede de estudos geocronológicos, geodinâmicos e ambientais

Apoiar o programa de capacitação e treinamento continuada de pessoal qualificado das instituições pertencentes a rede de estudos de geocronológicos, geodinâmicos e ambientais, como também atividades de reciclagem profissionais que atuem nas áreas de geologia, mineração e meio ambiente, visando a estabelecer uma plataforma de capacitação continuada de recursos humanos em estudos geodinâmicos, geocronológicos e ambientais, imprescindíveis para atender as demandas da indústria mineral.

D) EVENTOS E ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICO DO SETOR MINERAL

Objetivo dessa linha de ação é financiar a realização de estudos e eventos técnico-científicos ou a participação de pesquisadores e especialistas em eventos técnico-científicos ou em grupos de pesquisa

do país, de modo a contribuir para a difusão e divulgação de informações sobre ciência e tecnologia, relacionadas aos temas prioritários do Setor Mineral.

Ação 1: Eventos técnico-científico do setor mineral

Apoiar encontros, congressos e eventos técnico-científicos na área mineral. A implementação das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação depende, em boa medida, do suporte de eventos técnico-científicos que tenham como objetivo ampliar o foco dos debates em torno das ações e contribuir para com sua adequada percepção. Assim sendo, essa ação do CT-Mineral deverá apoiar um número adequado de eventos técnicos diretamente correlacionados com os temas e enfoques de interesse do Fundo. Outrossim, deve financiar a participação em eventos técnico-científicos de técnicos do Governo Federal e profissionais de micro e pequenas empresas de mineração em eventos técnico-científicos do setor mineral, visando à melhoria da capacitação e qualificação desses profissionais.

Ação 2: Estudos Prospectivos de Tecnologias e Inovação para o Setor Mineral

A eficiência e eficácia das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação para o setor mineral depende fundamentalmente de estudos de natureza prospectiva de tecnologia mineral e inovação que subsidiem as decisões dos membros do Comitê Gestor na elaboração do planejamento estratégico, nas definições das diretrizes e priorização dos desafios tecnológicos e sistêmicos a serem vencidos e orientem no estabelecimento das ações e instrumentos a serem utilizados e de programas do CT-Mineral que devem ser implementados. Tais estudos são, sobre tendências tecnológicas e de mercado, quando couber, assim como relativos a levantamentos que permitam subsidiar as políticas públicas de desenvolvimento tecnológico e a formação de bases de dados com respostas históricas do esforço brasileiro na área. Essas atividades deverão ser desenvolvidas objetivando ao máximo envolvimento das pessoas e instituições da comunidade mineral organizada disponíveis no País, ou seja, universidade, governo e setor privado.

Ação 3: Estudos da sustentabilidade da mineração no Estado do Pará

Financiar projeto de estudos técnico-científico com a finalidade de demonstrar a sustentabilidade da mineração na região onde se concentra a mineração no Estado do Pará, a serem desenvolvidos preferencialmente por pesquisadores sediados nos Estados do Pará e Maranhão

**Tabela 3: Proposta de LINHAS DE AÇÕES DO FUNDO SETORIAL MINERAL CT-MINERAL PARA 2005
SUGESTÃO DE AÇÕES PARA O PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS COM BASE NO ORÇAMENTO DISPONÍVEL DE 2005 DO CT-MINERAL**

Ações	Instrumento	Instituição Executora	Recursos 2005		Repercussão 2006 (R\$)	Repercussão 2007 (R\$)	Repercussão 2008 (R\$)	Repercussão 2009 (R\$)	Subtotal (R\$)	Sugestão do tipo de ação	Sugestão de alocação nas Ações transversais
			(R\$)	(%)							
A) Fomento à Pesquisa Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do setor mineral			2.400.000,00	58,3	1.300.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	4.700.000,00		
Ação 1: Inovação para o desenvolvimento sustentável da mineração	Edital	CNPq	600.000,00	14,6	0,00				600.000,00	Vertical	
Ação 2: Projetos cooperativos: Instituições científicas e tecnológicas e micros, pequenas e médias empresas de base mineral organizados em APLs (3 APLs)	Encomenda	FINEPICNPq	900.000,00	21,8	600.000,00				1.500.000,00	Transversal	2.3 Apoio à Inovação nas Empresas - c) Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais/APLS, especificamente em APLs de base mineral
Ação 3: Capacitação laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios e Estudos Geocronológico, Geodinâmicos e ambientais	Encomenda	FINEPICNPq	500.000,00	12,1	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	2.000.000,00	Transversal	1.4. Apoio ao fortalecimento de Centros e/ou Instituições de C&T&I em fase de consolidação - 1.4.1. Apoio a Parcerias Interinstitucionais para fortalecimento de Centros de C&T&I em fase de consolidação
Ação 4: Projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em exploração geológica da região da Amazônia brasileira.	Edital	CNPq	400.000,00	9,7	200.000,00				600.000,00	Vertical	
B) Apoio à Rede Brasil de Tecnologia na área mineral			590.000,00	14,3	0,00				590.000,00		
Ação 1: Desenvolvimento de equipamento para o setor mineral para substituições de importações	Encomenda	FINEP	300.000,00	7,3	0,00				300.000,00	Transversal	2.3. Apoio à Inovação nas empresas - 2.3.d. Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia - RBT
Ação 2: Estudo de oferta e demanda de minerais industriais para substituições de importações	Encomenda	FINEP	290.000,00	7,0	0,00				290.000,00	Transversal	
C) Formação de Recursos Humanos em P&D do setor mineral			550.000,00	13,3	1.200.000,00	1.200.000,00	1.140.000,00	55.000,00	4.145.000,00		
Ação 1: Formação e Fixação de doutores em exploração geológica e tecnologia mineral na região da Amazônia brasileira.	Edital	CNPq	550.000,00	13,3	650.000,00	650.000,00	650.000,00	55.000,00	2.555.000,00	Vertical	
Ação 2: Capacitação, treinamento e qualificação de Recursos Humanos para a rede de estudos geodinâmicos e ambientais	Encomenda	FINEPICNPq	0,00	0,0	550.000,00	550.000,00	490.000,00	0,00	1.590.000,00	Vertical	
D) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral			580.000,00	14,1	0,00				580.000,00		
Ação 1: Eventos técnico-científico do setor mineral	Fluxo contínuo	FINEPICNPq	200.000,00	4,9	0,00				200.000,00	Vertical	
Ação 2: Estudos Prospectivos de Tecnologias e Inovação para o Setor Mineral	Encomenda	FINEP	180.000,00	4,4	0,00				180.000,00	Vertical	
Ação 3: Estudos da sustentabilidade da mineração no Estado do Pará	Encomenda	FINEP	200.000,00	4,9	0,00				200.000,00	Vertical	
T O T A L			4.120.000,00	100,0	2.500.000,00	1.700.000,00	1.640.000,00	55.000,00	10.015.000,00		

SITUAÇÃO ATENDENDO COMPROMISSOS ANTERIORES, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (2%) E DESPESAS OPERACIONAIS (5%) (em R\$)

Orçamento aprovado para o CT-Mineral para 2005	6.350.000,00
Taxa de administração da FINEP (2%) e despesas operacionais (5%) (situação em 22 de novembro de 2004)	450.000,00
Orçamento disponível para contratação de convênios do CT-Mineral para 2005 segundo a SETEF (situação em 22 de novembro de 2004)	5.900.000,00
Total Comprometido para 2004 devido aos compromissos assumidos conforme informação da FINEP (situação em setembro 2004) e SETEF (22 de Novembro de 2004)	1.780.000,00
Saldo para contratação de novos projetos em 2005 (situação segundo a FINEP e SETEF em 22 de novembro de 2004)	4.120.000,00

4. CRITÉRIOS PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PROJETOS E PARÂMETROS DE JULGAMENTO

A seguir são submetidas à apreciação desse Comitê Gestor sugestão das características, critérios e parâmetros de julgamentos, que as propostas apresentadas ao Fundo Setorial Mineral deverão seguir, com o objetivo de atender suas atribuições legais, ou seja:

- a. Propõe-se para 2005, que no máximo 60% dos recursos da chamada de propostas sejam destinados a projetos originários e liderados por instituições do Sudeste e Sul;
- b. Priorizar projetos:
 - centrados em redes cooperativas de caráter nacional ou regional que envolvam mais de duas instituições de pesquisa e parceria com instituições não acadêmicas e/ou empresas;
 - que possibilitem a formação de pessoal local e/ou transferência de conhecimentos para instituições com grupos de pesquisa emergentes;
 - que tenham baixa demanda de recursos para serviços de terceiros (pessoa física e jurídica) e capital
- d. Exigir como características obrigatórias das propostas de projetos:
 - d.1) para propostas de eventos (congressos, seminários, *workshops* e simpósios):
 - ser liderado por sociedade científica, associação ou instituição de reconhecida finalidade técnico-científica e representatividade;
 - prever a edição de anais ou de documento síntese do evento;
 - ter como público alvo profissionais das áreas acadêmica, governamental e empresarial;
 - ser de caráter internacional, nacional ou regional;
 - indicar outras fontes de financiamento.
 - d.2) para projetos de P&D&I:
 - visar a solução de problema concreto de interesse para o setor produtivo, governamental não acadêmico, social ou ambiental;
 - ter contrapartida mínima de recursos originária do setor privado ou governamental não acadêmico: 10% para PME e 20% para os demais.
- e. Critérios de julgamento de propostas de projetos:
 - adequação às diretrizes, orientações e prioridades do CT-Mineral;
 - capacitação e adequação profissional da equipe executora aos objetivos da proposta;
 - multiinstitucionalidade e rede cooperativa;
 - contrapartida e parceria com o setor produtivo e/ou governamental não acadêmico;
 - adequação do orçamento às condições de mercado.
- f. Com relação à utilização dos recursos financeiros investidos na ações específicas:
 - Considerar itens não financiáveis: obras, construção civil, complementação salarial de qualquer natureza.
 - Considerar elegível para apoio: material de consumo, passagens, diárias, material permanente, serviços de terceiros pessoa jurídica e pessoa física, bolsas e equipamentos, sempre que indispensáveis à execução de projetos de P&D&I.
 - Limitar o apoio a gastos em serviços de terceiros pessoa física e serviços de terceiro pessoa jurídica somados, ao máximo, em 50% do valor do projeto.
 - Apoiar recursos para capital (equipamento e material permanente) somente quando necessários à execução do projeto de P&D&I e no valor máximo de 50% da demanda total.
 - Não apoiar projetos nitidamente de infra-estrutura.
 - todos os membros da equipe do projeto deverão ter currículos incluídos no Cadastro Lattes.
- g. Critérios de análise e julgamento de propostas.

A análise e julgamento das propostas obedecerão, no mínimo, aos seguintes procedimentos:

 - g.1) análise preliminar das propostas pelas Agências Executoras, promovendo o enquadramento ou não das mesmas, de acordo com os seguintes critérios:
 - preenchimento correto do formulário;
 - verificação se todos os membros da equipe estão devidamente incluídos no Cadastro Lattes;
 - detalhamento adequado da proposta orçamentária.
 - g.2) análise e julgamento por um Comitê Assessor quanto ao enquadramento no instrumento de chamada de propostas, ao mérito técnico-científico, à capacidade de implementação dos proponentes, ao custo/benefício e adequação orçamentária.

Anexo I: Tabela auxílio da Proposta de LINHAS DE AÇÕES DO FUNDO SETORIAL MINERAL PARA 2005										
SUGESTÃO DE AÇÕES PARA O PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS COM BASE NO ORÇAMENTO DISPONÍVEL DE 2005 DO CT-MINERAL										
Ações	Instrumento	Instituição Executora	2005	Repercussão 2006	Repercussão 2007	Repercussão 2008	Repercussão 2009	Subtotal	Sugestão do tipo de ação	Sugestão de alocação nas Ações transversais
			(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)		
A) Fomento à Pesquisa Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação do setor mineral										
Ação 1: Inovação para o desenvolvimento sustentável da mineração										
Ação 2: Projetos cooperativos: Instituições científicas e tecnologias e micros, pequenas e médias empresas de base mineral organizados em APLs (3 APLs)										
Ação 3: Capacitação laboratorial da Rede Nacional de Laboratórios e Estudos Geocronológico, Geodinâmicos e ambientais										
Ação 4: Projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em exploração geológica da região da Amazônia brasileira										
B) Apoio à Rede Brasil de Tecnologia na área mineral										
Ação 1: Desenvolvimento de equipamento para o setor mineral para substituições de importações										
Ação 2: Estudo de oferta e demanda de minerais industriais para substituições de importações										
C) Formação de Recursos Humanos em P&D do setor mineral										
Ação 1: Formação e Fixação de doutores em exploração geológica e tecnologia mineral na região da Amazônia brasileira										
Ação 2: Capacitação, treinamento e qualificação de Recursos Humanos para a rede de estudos geodinâmicos e ambientais										
D) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral										
Ação 1: Eventos técnico-científico do setor mineral										
Ação 2: Estudos Prospectivos de Tecnologias e Inovação para o Setor Mineral										
Ação 3: Estudos da sustentabilidade da mineração no Estado do Pará										
TOTAL			4.120.000,00							
SITUAÇÃO ATENDENDO COMPROMISSOS ANTERIORES, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (2%) E DESPESAS OPERACIONAIS (5%) (em R\$)										
Orçamento aprovado para o CT-Mineral para 2005										6.350.000,00
Taxa de administração da FINEP (%) e despesas operacionais (5%) (situação em 22 de novembro de 2004)										450.000,00
Orçamento disponível para contratação de convênios do CT-Mineral para 2005 segundo a SETEF (situação em 22 de novembro de 2004)										5.900.000,00
Total Comprometido para 2004 devido aos compromissos assumidos conforme informação da FINEP (situação em setembro 2004) e SETEF (22 de Novembro de 2004)										1.780.000,00
Saldo para contratação de novos projetos em 2005 (situação segundo a FINEP e SETEF em 22 de novembro de 2004)										4.120.000,00
										8

Anexo II - Tabela esquemática das propostas de ações Transversais de 2005 - Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais	
1. Consolidação e Expansão do Sistema Nacional de C&T&I	
1.1. Informação, Computação e Comunicação para Integração e o Desenvolvimento Nacional	
1.2. Parcerias com os estados para apoio a Projetos Estruturantes dos Sistemas Estaduais de C&T&I	
1.3. Ampliação dos Recursos para o Edital Universal do CNPq nas áreas específicas dos Fundos Setoriais	
1.4. Apoio ao fortalecimento de Centros e/ou Instituições de C&T&I em fase de consolidação	
1.4.1. Apoio a Parcerias Interinstitucionais para fortalecimento de Centros de C&T&I em fase de consolidação	
1.4.2. Apoio à infra-estrutura de pesquisa das novas universidades/IFES	
2. Apoio à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	
2.1. Formação e mobilização de Recursos Humanos para as áreas prioritárias da PITCE	
2.2. Programa Nacional de Qualificação e Modernização de ICT's	
2.2.1. Modernização dos ICT's	
2.2.2. Modernização da infra-estrutura dos ICT's do MCT	
2.3. Apoio à Inovação nas empresas	
2.3.a. Cooperação Universidade-Empresa	
2.3.b. Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas/PAPPE	
2.3.c. Programa de Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais/APL's	
2.3.d. Apoio à Rede Brasileira de Tecnologia - RBT	
2.4. Apoio Dirigido a Setores Prioritários da PITCE	
2.4.1. Software	
2.4.2. Programa Nacional de Nanotecnologia	
2.5. Promoção da Inovação	
2.5.1. Inventário Tecnológico Nacional	
2.5.2. Programa Nacional de Incubadoras/PNI e Parques Tecnológicos	
2.5.3. Apoio à infra-estrutura, difusão e serviços tecnológicos	
2.5.3.1. Laboratório de Metrologia Química/Laboratório de Metrologia de Novos Materiais/CETEX	
2.5.3.2. Tecnologia Industrial Básica - TIB	
3. Objetivos Estratégicos Nacionais	
3.1. Programa Nacional de Atividades Espaciais	
3.2. Programa de Fontes Alternativas de Energia	
3.3. C&T na Amazônia	
3.4. Recursos do Mar	
3.5. Clima e Tempo	
3.5.1. Meteorologia - TI	
4. C&T para Inclusão e Desenvolvimento Social	
4.1. Programa Sobrevivência (Semi-Árido, Cerrado e Pantanal)	
4.2. Tecnologias para o Desenvolvimento Social	
Total Geral	